

ANISTIA E POLÍCIA

12.2.66

Rubem Braga

ESPÍRITO magnânimo e liberal é mesmo o general Costa e Silva. Interrogado por um repórter, em Roma, a respeito de anistia, disse que isso não é problema para o atual governo, nem para o próximo, porque os políticos tiveram seus direitos suspensos por 10 anos. Como se vê, o bravo general acha que os adversários da Revolução devem ser anistiados... depois de cumprida a pena. Se é que devem ser.

Luís Alberto Bahia apareceu na televisão para explicar os problemas e a filosofia do governo Negrão de Lima, respondendo a um cerrado fogo de perguntas de quatro bons jornalistas. A certa altura um deles apertou o Bahia com algumas críticas à Polícia da Guanabara, e ele, naturalmente, respondeu que o atual aparelho policial era herdado do governo anterior, e o atual ainda não tivera tempo para reformar nada. O repórter perguntou, com malícia, se o governo passado também não herdara o mesmo aparelho, e assim por diante (ou melhor, assim para trás) incluindo os tempos do prefeito Negrão de Lima...

Mas a verdade é que nenhum prefeito poderia ter sobre a polícia a autoridade de um governador. De qualquer maneira não adianta apurar as culpas do passado. O governo Negrão de Lima prestará um extraordinário serviço ao Rio se dotar a cidade de uma polícia digna e eficiente. As dificuldades são muitas, pois o pessoal é pouco numeroso, mal pago e mal equipado; não dispõe, a rigor, dos meios materiais de fazer o policiamento de um centro urbano complexo e agigantado como o Rio. O problema principal sempre será, entretanto, a seleção da formação do pessoal. O trabalho do policial é perigoso, árduo, difícil; demanda coragem, paciência, inteligência e, para começar, vocação. Reclama também uma consciência perfeita de sua missão, uma formação moral que o leve a usar sua autoridade sem praticar violências e desumanidades.

Temos, certamente, gente muito boa na Polícia, homens abnegados que enfrentam uma rotina de perigos e canseiras sem uma compensação adequada. Infelizmente os maus elementos são também em grande número: os displicentes, os relapsos, os aproveitadores. A mediocridade moral e intelectual é numerosa em todo ofício; o caso é que na polícia, devido ao enorme poder prático de que dispõe, as tentações e as facilidades são maiores para a prática de delitos funcionais.

Não é trabalho fácil nem rápido selecionar e estimular os bons elementos, conter ou afastar os maus. O primeiro passo é proibir a prática de surras e torturas de presos tanto comuns como políticos, e punir rigorosamente os que transgredirem essa ordem. Além dos violentos, há os corruptos, desde os que comem pequenas «bolas» até os que transformam sua missão social em máquina de extorsão e enriquecimento. Longo também pode ser o trabalho de educação, de melhoria do nível intelectual e profissional dos homens.

É uma grande tarefa. E será, para o governo que a aceitar, um alto motivo de honra.